

**MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA**

CLASSE DE LETRAS

Antero e Oliveira Martins: Um encontro oportuno...

GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS



**ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA**

LISBOA • 2025

Título: Antero e Oliveira Martins: Um encontro oportuno...

Edição: Academia das Ciências de Lisboa

Data de edição: 2025

DOI: <https://doi.org/10.58164/5dy3-4k05>

Antero e Oliveira Martins: Um encontro oportuno...¹

GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS

“Isto aqui entrou no período de liquidação dos muitos erros políticos e económicos acumulados durante 30 anos. Todos sentem e isso mesmo agrava a situação. O estado do exército é deplorável e podes crer que o que se passou no Porto foram só os primeiros tiros, os tiros da guarda avançada; e como o republicanismo, que desde janeiro de 90 tem tomado extraordinário incremento, explora a situação militar, e como por cima disso a crise financeira, ainda quando seja adiada agora, é inevitável, uma grande convulsão social parece eminente. Tal é a triste perspectiva que se apresenta a quem pensa este pobre Portugal” — assim se exprimia Antero de Quental ao seu amigo Mariano de Faria e Maia nos primeiros dias de março de 1891. Tinha ele em mente os recentes acontecimentos de 31 de janeiro na capital nortenha e não escondia uma análise a um tempo de severo pessimismo e de alguma descrença.

No ano anterior Antero estivera empenhado no seu último combate cívico — a Liga Patriótica do Norte, grito de um punhado de homens revoltados contra o “ultimatum” inglês, que se propunham “promover a defesa material, o fomento económico, a reorganização financeira e todos os progressos” que melhor garantissem “no futuro. A independência e a prosperidade da Nação”. Mas essa empresa efémera esgotara-se. O ânimo e o entusiasmo iniciais não se traduziram na ação esperada e necessária. A certidão de óbito da Liga — que se quis unificadora e positiva — fê-la, aliás, o próprio Antero aí dizer em julho de 90: “Constituiu-se uma Liga Patriótica, no Porto, da qual fui eleito presidente, e se nesse ponto só tive sérios desgostos, adquirir ao menos experiência do estado de espírito público, que (...) posso dizer ser deplorável. A Liga morreu afinal de pura inanição porque ninguém, no fundo, queria saber nem de colónias, nem de desforra, nem de reformas sociais. O que se passou durante este Inverno é a prova mais

¹ A identificação bibliográfica correspondente a este texto está desenvolvida no nosso “Algumas Notas Sobre Oliveira Martins e o ‘Ultimatum’”, revista *Nova Renascença*, volume X, Inverno de 1991. pp. 167 a 179.

cabal do estado de prostração do espírito público entre nós. Berrou-se muito e, afinal, chegaram as eleições, e toda a gente, movido cada qual por mesquinhos interesses, votou nos candidatos do Governo, do Governo apoiado pela Inglaterra e que, nessa ocasião, estava lançando a polícia sobre os que faziam manifestações patrióticas”. Onde Antero sonhara poder levar a cabo uma ação doutrinadora orientada para a reforma do País, instalou-se a inércia que tudo tocava. E assim se compreendem os motivos de desalento. Ao poeta repugnavam as manobras de fação e a simples lógica partidária — e a verdade é que o naufrágio da Liga se ficou a dever ao choque entre as intenções generosas do núcleo crente nas virtudes de um voluntarismo reformista (Antero, Sampaio Bruno, Basílio Teles, Rodrigues de Freitas, Luís de Magalhães ou Ricardo Jorge) e o peso dos interesses políticos instalados, bem presentes a partir do momento em que foi necessário disputar eleições gerais. Antero não esconde, porém, a sua descrença sobre a dimensão real do protesto. A mudança da forma talvez fosse o salvatério: “além de que tal mudança, no atual estado de coisas iria precipitar a crise financeira, seria ainda necessário que os nossos republicanos soubessem ao certo o que querem e inspirassem, já pela capacidade, já pela seriedade, confiança ao País. Mas o País nem sequer os conhece, tão insignificantes são eles! A eleição republicana de Lisboa, este ano, como veremos, foi uma manobra do partido progressista e triunfou com os votos dos progressistas, aliás, teria sido um perfeito fiasco”. São as velhas feridas que se manifestam — agora avivadas por um fracasso recente, o da Liga, em que Antero pusera as suas derradeiras energias. O certo é que os anos noventa e noventa e um constituem momentos especialmente propícios para o republicanismo. O “ultimatum” acendeu um rastilho que rapidamente se propagou — e é bom não esquecer que a recentíssima implantação republicana no Brasil (15 de novembro de 1889) veio alimentar renovadas esperanças a todos aqueles que combatiam o regime dinástico, agora enfraquecido.

Apesar da distância crítica de Antero de Quental relativamente ao republicanismo oficial, na verdade o poeta foi um dos principais inspiradores do movimento de 31 de janeiro no seio da Liga Patriótica Norte que, de facto, pode ser considerada um antecedente do levantamento de Santo Ovídio — ressalvadas as necessárias distâncias políticas. Em rigor o “ultimatum” inglês é o elo entre as duas iniciativas, pelo que se deverá ir sempre ao início do ano de 1890 para tentar perceber as alterações políticas que culminaram no último dia do mês de janeiro de 1891.

Antes de entrarmos no episódio que iremos referir, importa ver qual a posição de Oliveira Martins sobre o “ultimatum”. Muitas vezes invoca-se o seu silêncio, que é interpretado como apoio tácito à política oficial. Trata-se de uma apreciação precipitada e incorreta. A posição do historiador quanto ao fundo da questão é muito clara, e está documentada. Atestam-no os artigos publicados entre 1889 e 1891 e reunidos em volume sob o título *Carteira de um Jornalista – Portugal em África – A questão Colonial – O Conflito Anglo-Português* (Chardron, 1891). De facto, o historiador acompanhou toda a questão desde os seus antecedentes até o seu triste epílogo — discordando frontalmente da orientação que conduziu à política do Mapa Cor-de-Rosa. Já em *O Brasil e as Colónias Portuguesas* (1880), previra a tendência para a internacionalização comercial da bacia hidrográfica do Congo e para a liberdade de navegação do Zambeze. Daí afirmar: “nós que temos nas nossas mãos as duas chaves da navegação fluvial africana, o Congo a ocidente, e o Zambeze a oriente, seremos forçados — e com toda a razão — a franquear ambos os rios à navegação estrangeira. Portanto, a política ultramarina portuguesa deveria ter seguido uma via que compreendesse esse facto. Seria mister pôr de parte os recursos e as forças disponíveis, abandonar as pretensões ao domínio nas bocas do Congo; “e congregar as forças de uma política sábia e sistemática na região de Angola”. Contudo, “o que se fez no decurso destes doze anos foi tanto o contrário disto que, de quimera em quimera, de loucura em loucura, chegámos a imaginar o romance da África cor-de-rosa, de lés-a-lés do continente, depois de termos ficado com os sertões do Congo e de felizmente termos perdido o protetorado do Daomé. Nada era capaz de saciar a nossa estúpida cobiça de regalarmos a vista com as pinturas dos mapas, donde resultou cairmos como o astrólogo no poço”. Em lugar da dispersão colonial tornar-se-ia necessário concentrar esforços — e administrar bem os territórios, o que, de facto, não ocorria. A ausência de uma política colonial coerente e os assomos voluntaristas não tardariam em trazer consequências nefastas. Jogando com a hospitalidade e a complacência das autoridades portuguesas de Moçambique, o cônsul Johnston tornou-se um agente ativo no amotinamento das tribos locais no curso do Chire até ao lago Niassa.

Os erros foram demasiados, tendo ditado o sombrio dia 11 de janeiro de 1890, ou seja, o “ultimatum” britânico para que Portugal abandonasse os territórios de Mashona e a margem do Chire. Nestes termos, “compreende-se a irritação, e ainda

aos mais fleumáticos ferve o sangue com a afronta recebida, borbulhando nos olhos lágrimas raivosas pela impotência". Haveria, contudo, segundo o historiador, que reagir com inteligência. "se o governo respondesse ao ultimatum da Inglaterra com uma recusa altiva e arrogante, dando em seguida a sua demissão, salvaguardaria facilmente as aparências do seu prestígio, mas deixaria a nação comprometida num terrível lance". Haveria, pois, que responder ao ato "odiosamente brutal" e "cobarde", unindo esforços e aproveitando as circunstâncias. "A força que principalmente há de sair da comoção nacional é a força filha do civismo e do juízo. Podem manter-se, na desordem e na dissolução, os grandes impérios apoiados em exércitos formidáveis, mas as pequenas nações jamais subsistiram senão pelo tino, pela ordem, pela moralidade dos seus concidadãos".

O encontro em Moreira da Maia, em fevereiro de 1890, entre Antero de Quental e Oliveira Martins, em casa de Luís de Magalhães, que aqui nos ocupa, tem a ver com a questão do "Mapa Cor-de-Rosa". Antero presidia à Liga Patriótica do Norte, criada para responder à humilhação. O ultimato contrariava o que o governo português vinha sustentando (desde 1886) na sequência da Conferência de Berlim de 1884–1885, sobre a ocupação efetiva de um território. Logo a 10 de fevereiro, constituíra-se a Liga, presidida por Antero de Quental, e esta enviara ao Presidente do Governo António de Serpa Pimentel uma carta, em que era solicitada uma reação enérgica à provocação britânica. "Há horas solenes, em que a máxima, e ainda a mais brutal franqueza, é um dever de bom cidadão. Uma dessas horas é esta, e nós cumprimos um sagrado dever expondo sem véus à consideração de V. Ex.^a todos os perigos que há em se demorar por mais tempo o exemplar castigo daquele criminoso". A linguagem era dura e quem assinava a declaração tinha autoridade moral, política e intelectual para a fazer. Sob a presidência prestigiada do poeta de *Sonetos*, a Liga reunia, entre outros: Rodrigues de Freitas, António Vieira de Castro, Bento Carqueja, José Pereira de Sampaio (Bruno), Basílio Teles, Luís de Magalhães, António Oliveira Monteiro, Ricardo Jorge, conde de Resende, António Nicolau de Almeida, João Pais Pinto (abade de S. Nicolau), Maximiano Lemos e Joaquim de Vasconcelos.

O movimento avançou, como um grito de revolta partilhado pela opinião pública, mas Antero de Quental quis saber o que pensava o seu fraternal amigo Oliveira Martins sobre o tema, compreendendo a posição crítica de fundo que este assumira. "Precisamos muito de conversar. Por cartas nada se faz e agora

nem tempo tenho para correspondências. Não poderíamos encontrar-nos “casualmente” nalgum sítio, por exemplo em Aveiro em visita ao Jaime (Magalhães de Lima) ou coisa assim? Parece-me indispensável que combinemos um plano geral de modo que nunca tenhamos de trabalhar um contra o outro, só por falta de prévia entente. Você dirá, como e quando, quer que isto se realize. Sou bem infeliz e, todavia, sinto não sei que íntima e serena alegria. Dei-me todo a isto, mas em que disposição de espírito, bem o pode você conjeturar. Não havia outro homem e desde que me provaram que eu era o único possível entendi que não podia recusar-me”.

O momento era dramático. Jaime Magalhães de Lima fora convidado por Antero para seu braço direito na Liga. Não houve delongas, o encontro era mesmo urgente. Não seria em Aveiro, mas em Moreira da Maia o lugar do encontro. Luís de Magalhães, o hospedeiro, deu testemunho: “Essa entrevista entre ele (Antero) e o seu tio (Oliveira Martins) (o esclarecimento foi dado, anos mais tarde, a meu Avô, F. A. Oliveira Martins) teve, com efeito, lugar, mas foi aqui mesmo, em Moreira, onde este veio de propósito para esse fim. Seu tio vinha na ideia de que nós preparávamos uma revolução e tínhamos meios militares importantes. A verdade é que não tínhamos nada, além do prestígio do nome de Antero, do entusiasmo da rapaziada e do sonho de meia dúzia de patriotas sinceros que acreditavam no efeito salutar da reação manifestada”. O que se terá passado? O encontro foi profícuo e os amigos concluem que o que os une é o mais forte. E os acontecimentos que se seguiram dão-nos a chave para o misterioso encontro.

Houve eleições gerais em março de 1890 e o resultado obtido em Lisboa pelos republicanos Elias Garcia, Latino Coelho e Manuel de Arriaga e a sua consequente eleição para a Câmara dos Deputados foi um sinal nítido de que o descontentamento era intenso. As eleições constituíram motivo para que o protesto se exprimisse contra a política que conduzira ao “ultimatum”. Mas já em julho de 1890 o afã da Liga esfriara. “A Liga morreu afinal de pura inanição”.

A 20 de agosto de 1890, é assinado o tratado com a Inglaterra, negativo para a nossa posição. Serpa Pimentel apresenta a solução em nome do governo — era Hintze Ribeiro ministro dos Estrangeiros e Barjona de Freiras, o negociador em Londres. O governo propõe que as Cortes não aprovem o tratado de 20 de agosto. Mas este teria de ser rejeitado, segundo Enes: “com muita prudência e especialmente com muita dignidade, com uma dignidade que se imponha às simpatias

do mundo e ao respeito das próprias ambições britânicas — deve-se rejeitá-lo para salvar parte dos interesses que ele compromete e toda a honra nacional que ele afronta”. De facto, a imprensa inglesa aplaudia com entusiasmo o tratado de 20 de agosto — e aí estava uma demonstração de que só Portugal cedera, nada recebendo em troca. Se alguns achavam que o tratado era uma calamidade inevitável nem António Enes nem Oliveira Martins assim pensavam. A Câmara dos Deputados é convocada para 15 de setembro a fim de discutir o tratado, sob críticas duríssimas, e o mesmo não é aprovado. Não há, porém, uma rejeição formal, mas é possível impedir a sua aplicação. Hintze Ribeiro demite-se e pouco depois é o gabinete de António Serpa Pimentel que segue o mesmo caminho. Sucede-lhe o gabinete não partidário, com apoio do exército, presidido pelo general João Crisóstomo de Abreu e Sousa (outubro de 1890).

O protesto mais intenso parecia atenuado nas ruas. Mas Oliveira Martins e os seus amigos continuam a criticar severamente a solução. Era inaceitável para a posição portuguesa. Entretanto, avolumava-se o boato sobre um golpe militar. Os republicanos preparavam-se afanosamente, e a proclamação da República brasileira (novembro de 1889) dava-lhes alento. Oliveira Martins há muito que considerava errada a política que conduzira ao malfadado ultimato, e continuava a pensar o mesmo quanto ao acordo de agosto. E aqui está a chave do entendimento de Moreira da Maia. O historiador dissera a Antero que a radicalização para que alguns queriam conduzir a Liga só agravaria as coisas — e Antero compreendeu-o bem. Por isso, apesar de tudo, o tempo dar-lhes-ia razão. Depois de hesitar, o General João Crisóstomo de Abreu vai buscar dois amigos de Oliveira Martins — António Cândido e António Enes, para as pastas do Reino e da Marinha e Ultramar e Barbosa du Bocage para os Estrangeiros. António Enes terá um papel fundamental, ele que afirmara: “A Inglaterra quando Portugal era representado pelo governo progressista, tratou-nos como um inimigo, movendo esquadras e carregando canhões para lhe vencer a resistência; quando viu o Sr. Hintze Ribeiro a representá-lo, tratou-o como um servo, querendo sujeitá-lo ao seu consentimento, para dispor do que nos pertence! A 11 de janeiro foi violenta; a 20 de agosto desprezadora”.

É António Enes quem encontrará a saída necessária, que reconhecia a liberdade de navegação no Zambeze e no Chire para Portugal e o compromisso britânico de não manipular a posição dos régulos... Salvavam-se os territórios

ao sul do Zambeze e de Manica. A capacidade negocial face ao governo britânico era reduzida. Importava, porém, introduzir alterações ao tratado de 20 de agosto. Faltava chegar a um entendimento e em Londres, Luís Soveral tentava obter junto de Lord Salisbury os ajustamentos indispensáveis que permitissem ao menos uma saída airosa, que evitasse perdas irreparáveis no território da África Oriental portuguesa. Para Salisbury não havia, contudo, meio termo — ou se mantinha tudo na mesma ou se renegociava tudo. No território moçambicano a South Africa Company de Cecil Rhodes não parava — instalando-se progressivamente nos territórios portugueses. Havia, pois que agir rapidamente. E António Enes propõe um *modus vivendi* — única forma de abrir caminho à negociação de um novo tratado. E a 30 de outubro, *O Tempo* informava: “Noticiam os jornais da noite de ontem que se estabeleceu um *modus vivendi* entre o governo inglês e o português, tendo por base o reconhecimento da liberdade de navegação no Zambeze e no Chire por parte de Portugal e por parte de Inglaterra o compromisso de não efetuar novos tratados de vassalagem dos régulos africanos até que se estabeleça a limitação das fronteiras dos dois países”. Oliveira Martins acrescentava: “Vivamente desafiamos que esta notícia se confirme. Consideramos que por tal forma a discussão da pendência entra numa fase nova e prometedora de solução condigna”. De facto, a notícia confirmar-se-ia. Em Londres, o embaixador de Portugal, o marquês de Soveral, assinou a 14 de novembro com Lorde Salisbury uma convenção para vigorar durante seis meses, pela qual o governo português se comprometia a permitir e a facilitar o trânsito por todas as vias fluviais do Zambeze, do Chire e do Pungue e a facilitar as comunicações entre os portos portugueses da costa e os territórios incluídos na esfera de ação da Grã-Bretanha. Estava aberta a via para uma saída airosa. Tratava-se ainda de uma solução precária — uma vez que aspetos importantes do tratado de 20 de agosto se mantinham, mas era o modo de começar a corrigir erros antigos. As feridas deixadas pela crise eram, no entanto, muito mais profundas do que muitos poderiam julgar.

A 10 de dezembro de 1890, Oliveira Martins dá nota da natureza especial da situação: “Há um rei e um governo: inspirem-se o rei e o governo no vivo e quente ardor do sentimento da honra nacional ofendida; exijam aos ingleses a evacuação imediata dos territórios invadidos; exijam a libertação imediata dos prisioneiros; exijam a afirmativa de que a Inglaterra não ordenou, nem sancionou, antes

condena, os atos de pirataria praticados em seu nome. (...) Não pedimos (...) bravatas ridículas, ostentações vãs, declarações ociosas e contraproducentes. Pedimos, de mãos postas, sobriedade nas palavras, discrição nos pensamentos, firmeza nas ações”. Havia, pois, que reparar os erros antigos, que exorcizar a humilhação. Aí tornava-se indispensável reunir esforços e ser claro nas exigências ao governo. Punha-se o dedo na ferida.

De facto, o regime enfraqueceu-se pelos seus próprios erros — afastando-se progressivamente do País e dos cidadãos. É certo que a questão africana contava com poderosos concorrentes, contudo não houve a inteligência e o sentido das realidades em nome do interesse nacional e de uma ponderação realista da situação complexa existente. O ultimato deixou uma ferida profunda, a da humilhação, que contribuiu para os trágicos acontecimentos do fim do regime monárquico. “Se é verdade ser o povo quem faz os governos, não é menos verdade que a fraqueza dos príncipes e dos ministros entibia as energias dos povos” — afirmava ainda Oliveira Martins. Em 28 de maio de 1891, já depois da tentativa gorada de 31 de janeiro, viria a ser assinado um convénio e, em 11 de junho, um Tratado, para substituir o famigerado texto de 20 de agosto. Alguns dos aspetos mais graves foram retificados, designadamente autonomizando a questão de Angola. Outros pontos negativos ficaram, como o reconhecimento das reivindicações abusivas da Inglaterra na exploração mineira. Quanto às fronteiras houve ganhos e perdas. António Enes, saído do governo, partiria pouco depois para Moçambique como Comissário Régio com a tarefa de consolidar no território os acordos alcançados. E a história das fronteiras moçambicanas, apesar da ameaça do expansionismo alemão durante a I Guerra Mundial, muito ficaria dependente do novo tempo iniciado depois de 1890. A conversa de Antero e de Oliveira Martins em Moreira da Maia permitiria, de facto, clarificar a situação e colocá-la do domínio de uma diplomacia do senso comum e mudara a curso dos acontecimentos.

COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 11 DE NOVEMBRO DE 2021

COMUNICAÇÃO RECEBIDA A 26 DE SETEMBRO DE 2024